



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO E GESTÃO

**GUIA METODOLÓGICO DA
PARTICIPAÇÃO CIDADÃ NA REVISÃO
DO PPA 2020-2023**

GOVERNADOR

Camilo Sobreira de Santana

VICE-GOVERNADORA

Maria Izolda Cela de Arruda Coelho

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

SECRETÁRIO

Carlos Mauro Benevides Filho

SECRETÁRIO EXECUTIVO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Flávio Ataliba Flexa Daltro Barreto

COORDENADORIA ESPECIAL DE GESTÃO ESTRATÉGICA DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO (COPLO)

Régis Meireles Benevides

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO PARA RESULTADOS

Maria Aparecida Gomes Rodrigues Façanha

EQUIPE TÉCNICA

COORDENAÇÃO

Maria Aparecida Gomes Rodrigues Façanha

ELABORAÇÃO

Ana Beatriz Rocha Guedes
Anna Carolline Botelho de Araújo
Eveline Maria Cordeiro Brandão
Francisca Maria de Sousa Moreira
Francisco Menezes de Freitas
Jhuan Bruno Campos Neres
José Wagner Alves Fernandes

Lara Maria Silva Costa
Luiz Carlos Holanda Antero
Maria Lúcia Holanda Gurjão
Rafael Paraiso Souto Maior Malta
Samara da Silva Trajano
Sandra Maria Braga
Virgínia Dantas Soares Teixeira

COLABORAÇÃO ESPECIAL

Zelma Madeira - **Casa Civil**

Cleyber Medeiros - **Ipece**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
A PARTICIPAÇÃO CIDADÃ	10
Mobilização Social	12
A METODOLOGIA DE PARTICIPAÇÃO CIDADÃ NA REVISÃO DO PPA 2020-2023	13
O processo metodológico de revisão das diretrizes regionais	13
1ª Etapa – Revisão das estratégias regionais	14
2ª Etapa – Priorização das estratégias regionais	18
CONCLUSÃO	19

INTRODUÇÃO

O Governo do Estado do Ceará vem adotando nos últimos anos um conjunto de iniciativas que buscam o aprimoramento da relação entre o Governo e a Sociedade, mediante a construção ou aperfeiçoamento de processos, metodologias e ferramentas de gestão participativa — visando, em perspectiva, sua fisionomia compartilhada —, na formulação e monitoramento das políticas públicas. Neste âmbito, está incluída a elaboração, monitoramento participativo e revisão do PPA 2020-2023.

Diante do cenário de pandemia decorrente do novo Corona vírus (Covid-19), a participação social (ou “cidadã”) no processo do planejamento em seu conjunto, com ênfase no planejamento regional (em função das suas diferenciações), que se dava prioritariamente de forma presencial, ocorrerá somente de modo virtual, seguindo as recomendações de distanciamento e isolamento social das organizações de saúde nacionais e internacionais para combater a disseminação do vírus.

Em plena situação de pandemia, ao invés de se ocultar, novos horizontes se descortinam desde as inovações no campo da tecnologia da informação, estreitando os laços de comunicação, intensificando videoconferências e diálogos virtuais, estimulando as ações do Governo estadual no fomento à participação social no planejamento governamental, com fulcro nas regiões do Estado, em seus territórios de identidade — um processo original deflagrado em 2007, na construção do PPA 2008-2011; seguindo-se o PPA 2012-2015; o PPA 2016-2019 e, por último, o PPA 2020-2023.

É dentro desta linha de trabalho, com seus desafios, que se posiciona a Revisão do Plano Plurianual 2020-2023. Aqui, a gestão pública estadual assume um compromisso de promover o aprimoramento dos processos participativos permanentes, de fomentar sua capacidade de diversificar e ampliar a participação social, de identificar as demandas da cidadania na definição das políticas públicas e oferta de serviços, com qualidade e acolhimento, de fortalecer a coordenação e articulação entre as diversas iniciativas, instâncias e canais socialmente inclusivos.

Esta “cartilha-guia”, em suma, se propõe a apresentar os procedimentos que serão utilizados na realização do processo de participação social, visando a conquista da cidadania, na revisão das diretrizes regionais estabelecidas no PPA 2020-2023, focada no segundo biênio de execução do Plano — anos 2022 e 2023.

No caso específico do Estado do Ceará, o PPA 2020-2023 foi elaborado a partir das seguintes premissas:

- **Gestão Pública para Resultados:** trata-se da execução de políticas e programas que privilegiem o foco em resultados, em detrimento da ótica centrada exclusivamente no gasto, priorizando ações de perfil participativo, na perspectiva compartilhada, e contemplando o senso distributivo adotado na alocação dos recursos;
- **Participação cidadã:** promoção da interação entre o Estado e o cidadão com vistas à efetividade das políticas públicas, em um processo de planejamento participativo. A participação cidadã requer acumulação de investimento social, no sentido de fortalecer processos sistêmicos de desenvolvimento sustentável, pois diz respeito a tomada de decisões e avaliação das necessidades da sociedade cearense e dos territórios, numa dimensão Intersetorial;
- **Fomento ao desenvolvimento territorial:** iniciativa no sentido de equilibrar a dimensão territorial, superando os desafios e potencializando oportunidades regionais;
- **Intersetorialidade:** instância de implementação de políticas públicas articuladas, centradas em territórios, visando a organização logística das ações definidas e a superação da fragmentação das políticas públicas; e
- **Promoção do desenvolvimento sustentável:** expectativa alinhada ao conceito global de desenvolvimento, articulada à demanda por um planejamento de políticas públicas que deve levar em conta a sustentabilidade social, econômica, ambiental e político-institucional do estado e de suas regiões.

Dimensões do Plano Plurianual

O PPA se desenvolve em três diferentes níveis de formulação e implementação — estratégico, tático e operacional — e, a partir deste patamar, são elaborados outros instrumentos de planejamento com expectativa temporal mais reduzida — a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), ambas anuais —, alinhadas no sentido de alcançar os objetivos estabelecidos em cada um dos níveis de abrangência do PPA.

No nível estratégico, o PPA alinha-se aos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), às diretrizes do planejamento de longo prazo, em processo de revisão, ajuste e consolidação pela equipe da Coordenadoria de Planejamento da Seplag, após a entrega dos resultados da consultoria intitulada Ceará 2050, considerando também as diretrizes das agendas estratégicas de cada política e anseios da população retratados nas diretrizes regionais — em permanente processo de construção participativa (e compartilhada, em perspectiva).

Nesse sentido, a participação cidadã enquadra-se como uma forma de ampliar a prospecção dos indicadores e variáveis utilizados na formulação das políticas públicas, e que também devem ser considerados durante toda sua vigência mediante monitoramento e avaliação quanto à efetividade das ações implementadas, passando ainda pela revisão para atualização, conforme a necessidade, das demandas registradas quando da elaboração do PPA, levando-se em conta ainda as mudanças constantes no respectivo cenário socioeconômico.

Como já foi mencionado, o PPA estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas estaduais, declarando as escolhas pactuadas com a sociedade e os meios para viabilizar a realização dos resultados esperados e dos objetivos propostos na construção do Plano.

A partir de elementos tomados como direcionadores estratégicos — macrotendências, panorama socioeconômico, projeções de perspectivas econômicas, além de diretrizes estratégicas e regionais —, o PPA 2020-2023 apresenta-se estruturado em três bases ou dimensões, expostas a seguir:

· **Base Estratégica**

Trata-se do ambiente estratégico do alcance do Plano, sob a ótica da demanda, ou seja, da percepção da sociedade acerca do que se espera alcançar de resultados nas diversas políticas públicas, em uma visão de efetividade. Tal base corresponde ao conjunto dos:

- Eixos Governamentais de Atuação Intersectorial, seus resultados estratégicos e indicadores; e
- Temas Estratégicos, seus resultados temáticos e indicadores.

· **Base Tática**

Sob a ótica da oferta governamental, a Base Tática, ou Programática, define caminhos, por meio dos programas, e estabelece metas, na busca da eficácia na implementação das estratégias voltadas à realização dos resultados estabelecidos na Base Estratégica, considerando as variáveis inerentes à política pública tratada. Essa base é composta pelos seguintes elementos:

- Programas, seus respectivos atributos (órgão gestor, justificativa, público-alvo e objetivo) e indicadores;
- Iniciativas, com suas respectivas caracterizações;
- Entregas, com suas respectivas definições e metas regionalizadas.

• Base Operacional

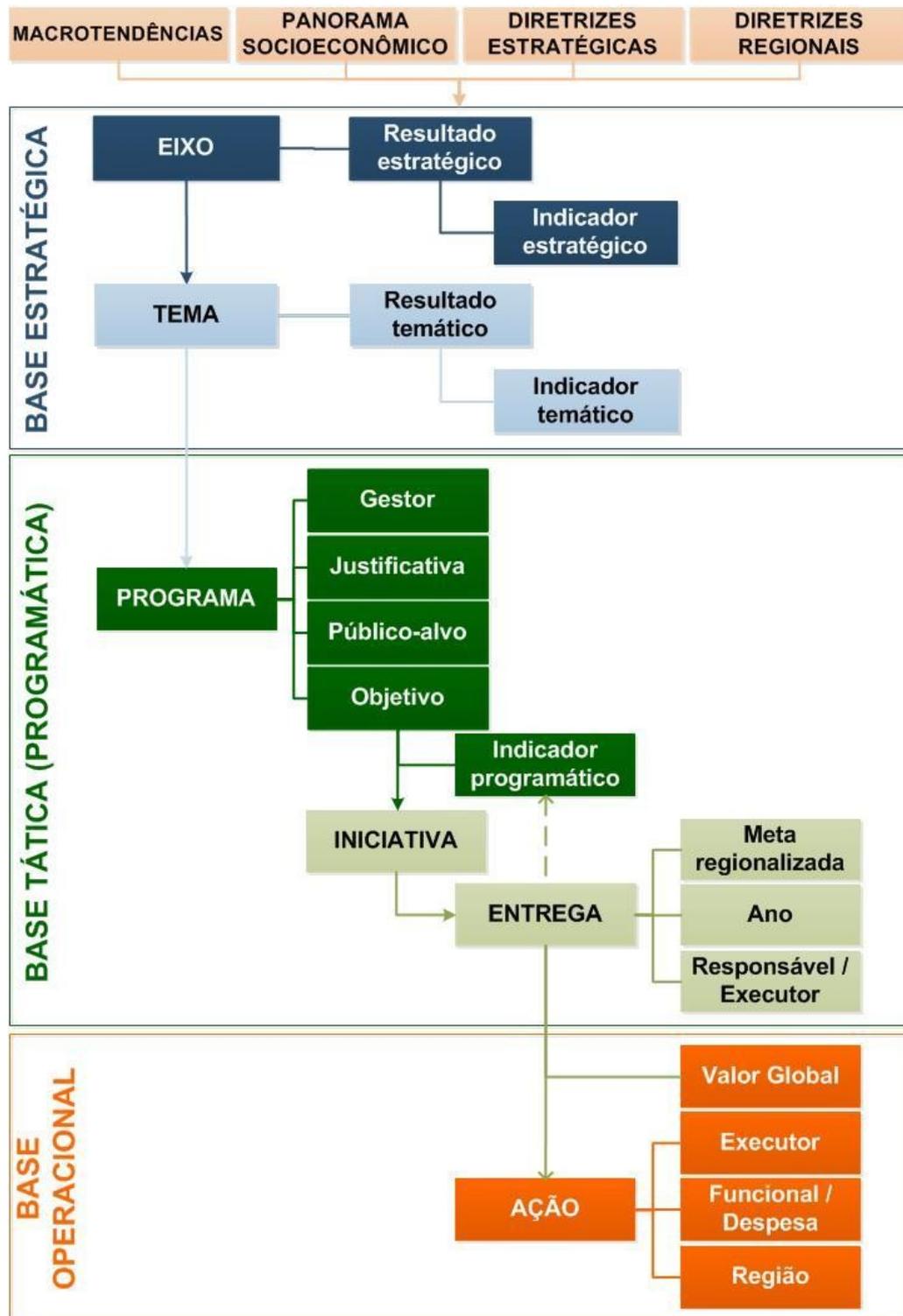
Relaciona-se com o desempenho da ação governamental, no nível da eficiência, requerendo ou não aporte de recursos financeiros, orçamentários ou extraorçamentários. Esta é a base especialmente conectada com a Lei Orçamentária Anual, no tocante às ações que necessitam de recursos financeiros registrados no orçamento público.

A estrutura do Plano Plurianual 2020-2023 reflete, assim, a identificação dos meios e intervenções (insumos, processos, produtos) que levarão ao alcance dos resultados esperados no âmbito de cada política de governo. Desse modo, alcançar os resultados declarados na base estratégica do PPA, exige que suas bases tática e operacional tenham sido construídas a partir de uma lógica comum entrelaçada do Planejamento, na qual uma ação desencadeia uma série de desdobramentos planejados e sequenciados, rumo aos impactos compatíveis com as expectativas da sociedade.

A revisão das diretrizes regionais examina outro importante elemento que compõe a estrutura do PPA, resultando na análise, pelos órgãos e entidades estaduais, do que está declarado no patamar das escolhas regionais/territoriais, de modo a assegurar que ocorram os ajustes indispensáveis ao atendimento das demandas e prioridades apontadas pela população, a partir do processo participativo nesta etapa.

As bases e/ou dimensões do PPA 2020-2023, e suas principais categorias, estão ilustradas na figura apresentada a seguir.

Figura 1 – Estrutura do PPA 2020-2023



A PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

A participação cidadã é um aspecto importante do planejamento público, pois garante que a população compartilhe do poder de decisão sobre as políticas públicas que devem ser priorizadas nas agendas governamentais. Por ser compreendida como um direito inalienável dos cidadãos, a participação social também perpassa a formulação dos instrumentos de planejamento, com processos decisivos que asseguram o debate entre diferentes atores, além de ser uma ferramenta educativa de formação cidadã voltada ao exercício da soberania popular constitucional.

Acatando-a entre os mecanismos de governança pública, o Governo do Estado acredita que a participação social cidadã não pode se restringir apenas à dimensão consultiva, mas deve desenvolver a capacidade reivindicatória propositiva e o efetivo controle social e político dentro de uma dimensão coletiva e deliberativa — que requer a ênfase no investimento humano e social, mediante mecanismo subsidiado de acompanhamento e monitoramento desta referida deliberação coletiva.

Por esse motivo, a participação cidadã é uma premissa fundamental do Plano Plurianual 2020-2023 em suas diversas fases (elaboração, monitoramento, revisão e avaliação). Ao optar pela participação da sociedade na gestão pública como um fator relevante de fortalecimento e diversificação das políticas, a gestão estadual busca reforçar os mecanismos de participação social sob a compreensão de que os cidadãos reconhecem de forma mais precisa suas realidades e as necessidades de suas regiões, e podem contribuir com melhorias concretas no processo de planejamento, além de exercer um efetivo acompanhamento e cobrança na sua efetiva implementação.

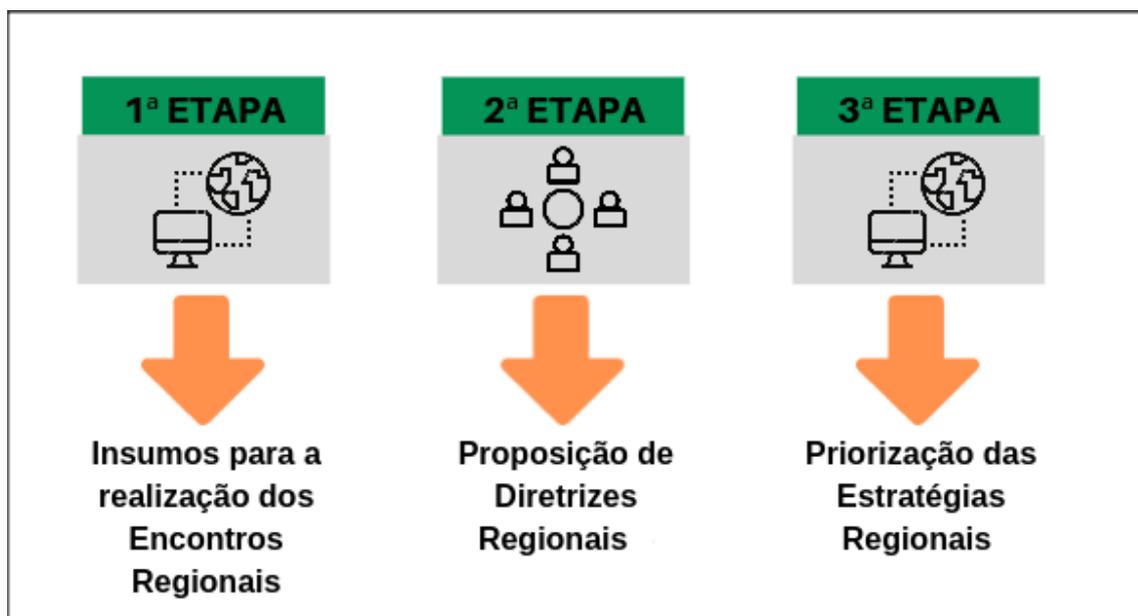
A participação da população no processo de elaboração e gestão do PPA, no Governo do Estado do Ceará, já passou por diversos momentos, nos quais contou com maior ou menor interação entre as esferas do Poder Público e a sociedade civil.

A partir de 2015, com a redefinição das Regiões de Planejamento (Lei Complementar nº 154/2015), o processo de participação cidadã ocorria mediante a realização de eventos em todas as quatorze regiões de planejamento do Estado, de acordo com cada fase cíclica do PPA: elaboração, monitoramento, avaliação e revisão.

A partir de 2018, a referida participação foi fortalecida com a criação de um espaço destinado ao PPA no Ceará Transparente, plataforma de governo que reúne os sistemas de Ouvidoria, Transparência e Acesso à Informação. Esse espaço virtual foi desenvolvido com o intuito de alcançar um número maior de cidadãos, já que representa um meio que se adapta às novas necessidades do cidadão digital.

Em 2019, no processo de elaboração do PPA 2020-2023, aproveitou-se os novos meios oferecidos pelo Ceará Transparente na realização de duas etapas (1ª e 3ª) da participação cidadã na elaboração do PPA, ilustradas na figura abaixo.

Figura 2 – Etapas da Elaboração do PPA 2020-2023 – Ano 2019



Em dois anos consecutivos, 2020 e 2021, considerando-se o cenário de pandemia que o Ceará, o Brasil e o mundo ainda enfrentam com o novo coronavírus, todo o processo de participação foi e será realizado em modo virtual, utilizando-se, particularmente no nosso caso estadual, o módulo de Participação Cidadã da plataforma Ceará Transparente — o qual envolverá uma sequência de atividades detalhadas na metodologia exposta mais adiante.

Mobilização Social

“À medida que edificamos uma ordem ética de convivência democrática, superamos a violência, fortalecemos a integridade do território e a legitimidade de nossas instituições”

Bernardo Toro

Um dos grandes desafios inerentes ao processo de participação cidadã é a mobilização da população. Para que se consiga um engajamento popular ativo, é necessário desenvolver uma série de atividades que compreendem, desde a identificação do público-alvo, atração e sensibilização quanto à importância do processo, de modo que a sociedade de modo geral entenda o seu papel como agente protagonista, direcionador e transformador das políticas públicas locais.

Em tempos de pandemia, onde medidas restritivas de distanciamento e isolamento social são indispensáveis para a saúde da população, as ferramentas digitais de comunicação surgem ainda mais fortemente como grandes aliadas do processo de mobilização, sustentadas pelo avanço da inclusão digital no Ceará.

Se antes já se adotavam formulações táticas e técnicas — a exemplo do envio de mensagens e e-mails informativos e convites, difusão em rádio e nas mídias sociais oficiais, convites pelo WhatsApp, divulgação via conselhos de políticas públicas, entre outras —, o recurso aos webinários (videoconferências virtuais) enriquece as formas de comunicação, potencializando, mediante contínua inovação, a capacidade de aglutinação do público-meta representativo das regiões de planejamento do Estado.

Diante dessa estratégia, o Governo do Estado almeja que o processo de revisão envolva a ação coletiva dos movimentos sociais, movimentos populares, organização popular e sindicais, organizações não governamentais, cidadãos em geral, posto que representam a sociedade civil, tal associação de atores pode apresentar propostas para resolução de problemas públicos comuns dentro dos espaços públicos regionais, além de garantir o desenvolvimento sustentável do Estado do Ceará.

A METODOLOGIA DE PARTICIPAÇÃO CIDADÃ NA REVISÃO DO PPA 2020-2023

O ponto de partida do envolvimento da sociedade na revisão do PPA 2020-2023 são as diretrizes regionais, caracterizadas como estratégias (linhas de atuação), construídas durante os encontros regionais realizados em 2019, com o propósito de nortear as políticas públicas voltadas às 14 regiões de planejamento para realização dos resultados esperados em cada eixo de atuação governamental.

O processo de revisão das diretrizes regionais

Posto que não será possível realizar os encontros regionais presenciais nas 14 regiões de planejamento, foi necessário elaborar um método que garantisse a representatividade da visão regionalizada no planejamento estadual. Nesse sentido, cada pessoa poderá participar da revisão do PPA representando até duas regiões de planejamento, considerando a possibilidade de sua moradia em determinada região, possuindo, entretanto, raízes e vivências em outra região de planejamento do estado.

O ambiente virtual onde se desenvolverá o processo de revisão do PPA será no Ceará Transparente, plataforma de governo onde estão os sistemas de Ouvidoria, Transparência e Acesso à Informação. Ao acessar o Ceará Transparente, via endereço eletrônico (<https://ceartransparente.ce.gov.br/>), o cidadão deverá criar o seu perfil de acesso aos serviços da plataforma, habilitando-se a participar do processo de revisão do PPA, que ocorrerá pelo módulo “Participação Cidadã”¹.

As etapas que serão percorridas pelo cidadão para a revisão das diretrizes regionais que compõem o PPA 2020-2023 são basicamente duas:

- **Revisão das diretrizes regionais:** momento em que o cidadão terá acesso ao conjunto de estratégias regionais estabelecidas para o tratamento das situações-problemas registradas no âmbito dos temas de políticas públicas, a fim de que verifique o que deve ser mantido e o que considere necessário acrescentar.

¹O passo a passo do processo no sistema será demonstrado em documento específico.

- **Priorização das estratégias regionais:** após análise e consolidação das propostas apresentadas na etapa anterior, este será o momento em que o cidadão indicará, dentre as estratégias resultantes, quais considera prioritárias para subsidiar o direcionamento das políticas de governo.

1ª Etapa – Revisão das estratégias regionais

Para manter a lógica de construção das estratégias regionais, onde os participantes se dividiam em grupos de trabalho organizados pelos sete eixos de atuação governamental (Ceará Acolhedor, Ceará da Gestão Democrática para Resultados, Ceará de Oportunidades, Ceará do Conhecimento, Ceará Pacífico, Ceará Saudável e Ceará Sustentável), **o cidadão** terá a possibilidade de **selecionar os temas (políticas públicas) vinculadas aos eixos** sobre os quais tiver mais interesse, para que possa visualizar e contribuir na revisão das diretrizes regionais estabelecidas no âmbito dos temas de políticas públicas relacionados a cada eixo selecionado. A relação dos eixos e seus respectivos temas está enunciada no quadro abaixo.

Quadro 1 – Relação de Eixos e Temas do PPA 2020-2023

EIXO	TEMAS
CEARÁ ACOLHEDOR	ACESSO A TERRA E MORADIA
	ASSISTÊNCIA SOCIAL
	INCLUSÃO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS
	SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
CEARÁ DA GESTÃO DEMOCRÁTICA PARA RESULTADOS	ADMINISTRAÇÃO GERAL
	GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS
	GESTÃO FISCAL
	PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO
	TRANSPARÊNCIA, ÉTICA E CONTROLE

CEARÁ DE OPORTUNIDADES	AGRICULTURA FAMILIAR E AGRONEGÓCIO
	COMÉRCIO E SERVIÇOS
	INDÚSTRIA
	INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
	PESCA E AQUICULTURA
	TRABALHO E EMPREENDEDORISMO
	TURISMO
CEARÁ DO CONHECIMENTO	CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
	CULTURA E ARTE
	EDUCAÇÃO BÁSICA
	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
CEARÁ PACÍFICO	EDUCAÇÃO SUPERIOR
	JUSTIÇA
CEARÁ SAUDÁVEL	SEGURANÇA PÚBLICA
	ESPORTE E LAZER
	SANEAMENTO BÁSICO
CEARÁ SUSTENTÁVEL	SAÚDE
	ENERGIAS
	MEIO AMBIENTE
	RECURSOS HÍDRICOS

Ao selecionar determinado Eixo, o cidadão terá acesso aos seus respectivos Temas. Para cada Tema, há uma série de situações-problemas e estratégias regionais

que foram definidas pelos participantes do processo de elaboração do PPA em 2019, lembrando que, na discussão em grupo, primeiro eram registradas as principais fragilidades e/ou potencialidades existentes em suas localidades (situações-problemas) e, na sequência, eram estabelecidas as estratégias necessárias para promover o desenvolvimento da região.

A mesma sequência lógica descrita acima será traduzida para o meio virtual. No ambiente de revisão das diretrizes regionais, primeiro serão visualizadas as situações-problemas levantadas à época, para que o participante sinalize, uma a uma, se elas ainda persistem em sua região ou mesmo se há necessidade de incluir outras.

Esse passo inicial é muito importante para a atividade seguinte, pois evidencia quais os principais problemas ou potencialidades existentes na região que devem ser tratados ou aproveitadas, respectivamente, mediante políticas públicas, para que se alcance o resultado estratégico regional estabelecido no âmbito de cada Eixo selecionado.

A partir dessa primeira atividade, o cidadão poderá, então, definir que estratégias o governo deve implementar na região para impulsionar o seu desenvolvimento. Assim, serão visualizadas as estratégias estabelecidas em 2019 para o PPA 2020-2023 para que o cidadão analise se elas ainda são essenciais em sua região, ou mesmo se existem outras que devem ser incluídas nessa relação, tendo sempre como fundamento as situações-problemas relatadas no momento logo anterior.

OBSERVAÇÕES:

- a As estratégias regionais devem expressar o que é mais significativo e necessário a ser implementado nas regiões. Nesse sentido, considerando que os recursos públicos são limitados, é fundamental que cada um se concentre no que considere mais estratégico a ser realizado em termos de políticas pública para o desenvolvimento de sua região.
- b Caso seja visualizada alguma situação-problema ou estratégia regional já definida antes e que o cidadão pretenda ajustar a redação, de modo a expressar melhor ou mesmo ampliar a ideia, isso pode ocorrer mediante a inclusão de uma nova situação-problema ou estratégia, com uma nova

redação a ser analisada pela equipe do governo.

- c Em relação às estratégias regionais, caso sejam identificadas, durante o processo de análise, a existência de propostas semelhantes, será realizado um trabalho de consolidação para evitar a repetição de informações, contemplando-se a ideia mais abrangente.
- d Ainda sobre as estratégias regionais, que são os elementos que constam no PPA 2020-2023, é importante destacar que expressam as linhas de atuação que o governo adotará em cada região. Neste sentido, recomenda-se observar o padrão de redação das estratégias vigentes. Quando isso não for possível, buscando preservar o sentido do que as estratégias representam, haverá adequação no momento de análise e consolidação das propostas apresentadas.

2ª Etapa – Priorização das estratégias regionais

Definidas as diretrizes regionais que terão vigência no segundo biênio de execução do PPA 2020-2023 — anos 2022-2023 —, os cidadãos serão convidados a retornar ao mesmo ambiente virtual utilizado na primeira etapa para indicação das estratégias que consideram prioritárias para o desenvolvimento de sua região.

Esse momento é de extrema importância no processo de planejamento, considerando-se que os recursos orçamentários são limitados, requerendo uma definição de prioridades; ou seja, para onde a destinação de recursos se faz mais necessária e estratégica na realização dos resultados estabelecidos nos eixos de atuação governamental.

Neste sentido, seguindo o mesmo critério inicial de seleção de até duas regiões de planejamento, o cidadão poderá priorizar até duas estratégias regionais por Tema.

OBSERVAÇÕES:

- a O resultado do processo de priorização será divulgado posteriormente após análise interna da equipe do governo, de modo que a relação final das priorizações será composta pelas duas estratégias mais votadas em cada Tema e em determinada região.
 - b Caso determinado Tema não receba nenhum voto de priorização, esse ficará sem indicação de prioridades, embora isso em nada afete a permanência das estratégias regionais nele estabelecidas.
-

CONCLUSÃO

Diante do que foi exposto nesta cartilha-guia, é de interesse do Governo do Estado do Ceará que sua principal peça de planejamento seja construída em conjunto com sua população, fortalecendo a participação popular cidadã. O PPA, lei que contempla o planejamento estatal de médio prazo, será construído pelas mãos de cidadãos de todas as regiões do Estado, participantes do processo em 14 encontros regionais, além dos técnicos do próprio Governo.

Ao assegurar o acolhimento da população pela via deste mecanismo participativo, a gestão estadual compartilha a certeza da convivência democrática num estado de interdependência fundamental para o exercício da cidadania, desde suas atividades cotidianas à participação política na construção dos destinos do nosso Ceará. E assinala que a participação social fortalecida é capaz de contribuir para a redução das desigualdades sociais, ampliando o protagonismo da sociedade na formulação das decisões, assegurando o aprimoramento da implementação e monitoramento de políticas públicas.

Este é um caminho escolhido pela determinação política de pavimentar a afirmação de um futuro de prosperidade, justiça e igualdade social.



Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima, s/n
Cambeba
CEP: 60.822-325 • Fortaleza/CE
Fone: (85) 3101-3821 / 3803